

Maiores pressões sobre salários são do Legislativo e Judiciário

por Cláudia Safatle
de Brasília

Alarmados com a proporção que as despesas com pessoal têm tomado da receita orçamentária, na montagem do Orçamento Geral da União para 1989, os técnicos da equipe econômica do governo têm procurado abrir essas contas, setor por setor, para identificar onde estariam os maiores abusos de gastos com pagamento de funcionários. Uma das conclusões a que se pode chegar, até agora, é a de que os problemas mais graves de generosidades salariais não estão no Poder Executivo, mas sim nos poderes Legislativo e Judiciário. E todas as medidas que vêm sendo adotadas no passado recente, como o congelamento dos reajustes pela URP em abril e maio últimos, só têm feito adiar a solução e

cristalizar as distorções salariais que estão corroendo as contas do setor público.

Segundo dados oficiais levantados pela equipe técnica, entre janeiro e junho deste ano o Senado Federal gastou com o pagamento de funcionários a cifra de CZ\$ 10,5 bilhões, que se soma a mais CZ\$ 10 bilhões gastos com salários na Câmara dos Deputados. Com a cifra, chega-se a uma percentagem de 25% do que gastou o Ministério do Exército no mesmo período — CZ\$ 100 bilhões. O Legislativo tem um corpo efetivo de 10 mil funcionários, ao passo que, no Ministério do Exército, o total de funcionários, entre administrativos e tropas, esbarra na cifra de 250 mil.

No período de 1980 a 1987, o Poder Legislativo passou de um total de gastos com funcionários de CZ\$ 4,6 bilhões para CZ\$ 12,3 bilhões,

em valores de dezembro do ano passado, representando, assim, um crescimento real de 165%. Nesse mesmo período, o Poder Executivo teve sua folha de salários elevada de CZ\$ 143 bilhões para CZ\$ 192 bilhões, com um aumento real de 34%.

O Poder Judiciário, na trilha dos que foram mais beneficiados pelos aumentos reais de salários desde 1980 até o ano passado, registrou um acréscimo da folha de pagamento de funcionários de CZ\$ 6 bilhões, em 1980, para CZ\$ 14 bilhões — uma elevação real de 134%. Nesse mesmo espaço de tempo, as três forças armadas registraram uma ligeira queda real de salários, com os gastos totais passando de CZ\$ 34 bilhões em 1980 para CZ\$ 32,7 bilhões em 1987.

Foi exatamente no final do ano passado que os militares conseguiram eleva-

ção real de salários, e, na discussão sobre o congelamento da URP de abril e maio, foi de lá que partiram as maiores resistências, não ao congelamento em si, mas principalmente à manutenção de uma isonomia salarial com o Poder Judiciário.

Nessa ocasião, os ministros da área econômica tentaram acabar com o chamado "repicão", um mecanismo de concessão de quinquênios que acaba elevando substancialmente os salários dos magistrados. O decreto-lei para o fim do repicão está definitivamente engavetado em algum canto da Casa Civil, e cada vez que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, indaga sobre o destino dessa decisão, a resposta que ouve é que o Palácio do Planalto continua estudando o assunto.